

Parlamento do Mercosul define presidentes de dez comissões

Começam a funcionar as dez comissões temáticas permanentes do Parlamento do Mercosul. Seus presidentes e vice-presidentes foram eleitos ontem, em sessão realizada em Montevideu. Dos dez presidentes, três são brasileiros: a senadora Marisa Serrano e os depu-

tados Cezar Schirmer e José Paulo Tóffano. Eleita para comandar a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, Marisa Serrano disse que pretende estimular o intercâmbio estudantil e o ensino de espanhol e português como segunda língua. **Página 8**



Moreira/Alariz

A primeira parte da 6ª sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, foi dedicada a escolher os dirigentes de comissões

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.686 – Brasília, terça-feira, 9 de outubro de 2007

Viana contesta críticas de ministro da Saúde

Tião Viana rebateu críticas do ministro José Gomes Temporão ao projeto que regulamenta gastos com saúde. O senador quer debater o assunto com Temporão e com o ministro Paulo Bernardo. **Página 2**

Reforma tributária pode vir ao Congresso este mês

Novo imposto deve substituir IPI, PIS, Cofins e Cide-Combustíveis, conforme anuncia o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda em audiência na Subcomissão da Reforma Tributária. Objetivo é simplificar e desburocratizar o sistema tributário e combater a informalidade. **Página 3**

Renan nega acusações; PSDB abre processo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, desmentiu o uso de funcionário para preparar dossiê. O PSDB anunciou nova representação contra Renan. Jarbas Vasconcelos agradeceu solidariedade. **Páginas 4 e 5**

Eduardo Guedes



Audiência na Assembléia Legislativa de Santa Catarina: parlamentares e assessores comemoram sucesso da experiência e manifestam otimismo com uso de instrumento no futuro

Comissão recolhe sugestões para Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizou ontem, em Florianópolis, sua penúltima audiência pública regional, abrangendo o Sul do país. O presidente do colegiado, senador José Maranhão, disse que o objetivo é elaborar uma proposta orçamentária mais condizente com a realidade nacional. **Página 3**



Senador rebate críticas de Temporão e diz que proposta de sua autoria está "em identidade com o que o ministro defende"

Viana defende projeto de regulamentação da emenda da saúde

As críticas feitas pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ao projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional 29/00 e define os critérios e as responsabilidades dos entes federados com gastos em saúde foram rebatidas por Tião Viana (PT-AC). Autor da proposição (PLS Complementar 121/07), o senador disse que as críticas de Temporão referem-se às emendas apresentadas por Patrícia Saboya (PDT-CE), relatora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou a proposta na semana passada.

– As críticas que a *Folha de S. Paulo* apresentou hoje apontam que estão desvirtuando os projetos, porque dizem que gastos com aposentados passam a ser computados como gastos da saúde. É exatamente o que digo no meu projeto: que não podem ser computados como gastos da saúde os gastos com aposentados ou com servidores de qualquer outra natureza. Para que gasto com saneamento seja considerado como gasto com saúde, tem de haver a aprovação do Conselho Estadual de Saúde da unidade federada. Também o ministro não disse que isso não é meu e faz um ataque como se fosse meu – afirmou Viana.

O projeto, que já foi acolhido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ainda será analisado pela Comissão de



Leopoldo Silva

Viana: objetivo é evitar que municípios desviem responsabilidades com a saúde

Assuntos Sociais (CAS), antes de ser encaminhado para exame da Câmara. Segundo Viana, a proposta está "em inteira identidade com aquilo que o ministro está reivindicando".

– Não sei por que carga de vaidade o ministro coloca-se de maneira irresponsável no debate, fazendo duras acusações à tramitação desse projeto no Senado, sem ter lido o projeto e sem ter estabelecido o mínimo de racionalidade no diálogo que sempre procurei levar de maneira cordial e inteiramente respeitosa com ele.

Viana apresentou requerimentos que convocam Temporão e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a prestarem esclarecimentos sobre a aplicação do disposto na Emenda 29, em relação aos recursos mínimos para financiamento de ações e serviços de saúde, na ausência de lei complementar sobre o assunto.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

Em reunião deliberativa, às 14h, os senadores devem analisar a MP 381/07, que abre crédito extraordinário em favor de órgãos do Executivo, e pauta de 39 itens, entre eles indicações para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar

(ANS) e de embaixadores. Também na agenda do Plenário substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 5/04 que cria mecanismo de amortização mediante serviço social para beneficiários do Fundo de Financiamento do Ensino Superior.



Projeto sobre pregão eletrônico será votado na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota, às 10h, projeto que visa ampliar as possibilidades de uso do pregão eletrônico nas

compras do governo. A pauta inclui outras nove matérias, entre as quais a proposta de mudança no Fundo Nacional de Desenvol-

vimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que poderá ter sua atuação ampliada, possibilitando maior intercâmbio científico no país.

Educação sexual e planejamento familiar

Audiência pública na Comissão de Educação (CE) e debate, às 10h, projeto que torna obrigatório o ensino de educação sexual e institui o Dia do Planejamento Familiar. Estão convidados para a reunião, entre outros,

a coordenadora Nacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, Zilda Arns Neuman; e o coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, Adson França.

Comissão Mista de Orçamento encerra ciclo de debates

Às 14h, ocorre a nona e última audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Plenário II da Câmara dos Deputados. A reunião

encerra um ciclo de debates sobre a peça orçamentária para 2008 e o Plano Plurianual (PPA) 2008/2011, realizado em todas as regiões do

país. Às 18h30, acontece a reunião dos membros da CMO com o relator do projeto do PPA, deputado Vignatti.

Venda de terras para estrangeiros

Será analisado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), às 11h30, requerimento de audiência com os ministros da Justiça e do Desenvolvimento Agrário e com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (Incra) a respeito da venda de terras a grupos estrangeiros. Substitutivo ao projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação também está na pauta.



Novos talentos na escultura

A abertura da terceira edição da exposição *Artistas Brasileiros – Novos talentos* ocorre às 18h30. A mostra exibirá esculturas de artistas de todas as regiões brasileiras, indicados pelos senadores de seus estados, e ficará aberta até o dia 31 de outubro, das 9h30 às 17h, no Salão Negro do Congresso.

CPI das ONGs elege vice e relator

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para investigar irregularidades na liberação de recursos públicos para as organizações não-governamentais (ONGs) e para as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) reúne-se, às 14h30, para eleger o relator e o vice-presidente do colegiado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Papaléo Paes e Mão Santa



Vignatti (E), Maranhão e Pimentel na penúltima audiência da Comissão de Orçamento

CMO vai a Florianópolis e comemora experiência com reuniões regionais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizou ontem a penúltima audiência pública regional, abrangendo a região Sul. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, foi a escolhida para receber os integrantes da CMO e uma equipe técnica de consultores para recolher as sugestões de emendas. Eles comemoraram o sucesso da experiência e manifestaram otimismo com o emprego desse instrumento no futuro.

O presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB), disse que o objetivo dessas audiências públicas é oferecer maior oportunidade às bancadas de cada região no Congresso Nacional e à própria comissão de elaborar uma proposta de Orçamento mais condizente com a realidade nacional.

– Os debates nas audiências demonstram que a sociedade quer participar, quer influir na elaboração do Orçamento – afirmou.

O relator da proposta orçamentária para 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), destacou que as audiências são um grande aprendizado para o Congresso Nacional. O deputado revelou que, no Orçamento para 2008, estão destinados R\$ 5,663 bilhões para investimentos na região Sul. Desse total, R\$ 1,695 bilhão estão destinados ao Paraná; R\$ 2,290 bilhões para o Rio Grande

do Sul; e R\$ 1,109 bilhão para Santa Catarina. Ele ainda frisou que outros R\$ 549 milhões vão exclusivamente para obras de infra-estrutura nos aeroportos.

– E a maior parte vai para o aeroporto de Florianópolis – acentuou o relator, ao adiantar que a maior parte dos recursos destinados a investimentos em Santa Catarina serão aplicados em rodovias.

O relator do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011, deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), disse que o sentido da audiência pública regional é privilegiar o resultado dos debates na versão preliminar do PPA.

Dentre as principais solicitações de recursos do PPA, destacam-se o metrô de Porto Alegre, que tem previsão de R\$ 157 milhões; modernização das refinarias de petróleo Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR), e Alberto Pasqualini, em Canoas (RS), com aporte de R\$ 12 bilhões. Ainda para o Rio Grande do Sul, estão previstos no PPA R\$ 273 milhões para a implantação da termelétrica Sapé Tiaraju, em Canoas. O Paraná terá R\$ 490 milhões para a implantação da usina hidrelétrica Mauá e sistemas de transmissão. Todos os recursos referentes ao PPA estão previstos para ser investidos ao longo de quatro anos.

Última audiência de ciclo ouve reivindicações do Centro-Oeste

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional promove hoje a última audiência pública para discussão do Orçamento 2008 e do Plano Plurianual 2008-2011 com cada região brasileira. A reunião ouvirá as reivindicações do Centro-Oeste e será realizada na Câmara dos Deputados.

Para discutir a regionalização da distribuição de recursos or-

çamentários, a CMO promoveu reuniões em Porto Velho, Belém, Cuiabá, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Florianópolis.

– O propósito é fazer com que a comissão receba a participação da população. Até então, essa era uma discussão tida como árida. Entendemos que devemos ir além dos gabinetes de Brasília – disse o presidente da CMO, senador José Maranhão.

Secretários de Política Econômica do Ministério da Fazenda e da Receita Federal do Brasil discutem com senadores mudanças no sistema tributário propostas pelo Executivo

Reforma tributária deve chegar ao Congresso ainda em outubro

Durante audiência pública da Subcomissão Permanente da Reforma Tributária, realizada na noite de ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, informou que a proposta de reforma tributária do governo federal deve ser enviada ao Congresso nas próximas semanas, por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Appy disse ainda que o governo espera que a matéria seja aprovada até junho de 2008. Também participou da reunião o secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid.

De acordo com Appy, a proposta do governo tem por objetivo racionalizar o sistema tributário brasileiro e, assim, elevar a eficiência econômica com a eliminação de entraves aos investimentos e de distorções no comércio exterior. A reforma, frisou Appy, pretende simplificar e desburocratizar as obrigações tributárias, além de ampliar a base de contribuintes e reduzir a informalidade no mercado de trabalho.

– O efeito final é a correção de distorções que prejudicam o crescimento do país. Estamos falando de mudanças sensíveis no potencial de crescimento econômico – afirmou.

Pela apresentação do secretário,



Tasso Jereissati (D) preside audiência pública com Bernard Appy e Jorge Rachid

o sistema tributário do Brasil terá o Imposto sobre Valor Adicional Federal (IVA-F), que substituirá quatro impostos federais (IPI, PIS, Cofins e Cide-Combustíveis). Já o IVA Estadual (IVA-E) substituirá as 27 legislações estaduais que regulamentam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). E, nos municípios, o Imposto sobre Serviços (ISS) deve ser substituído pelo Imposto sobre Venda a Varejo (IVV). Bernard Appy afirmou que o governo se comprometeu a compensar, por meio de repasses federais, possíveis perdas dos municípios com a mudança de ISS para IVV.

Outro compromisso assumido pelo governo federal, acrescentou o secretário, é o de não haver aumento da carga tributária durante a transição para as novas leis.

Todas essas mudanças, conforme observação de Appy e de Rachid, devem acabar com a chamada guerra fiscal entre os estados e reduzir as brechas na legislação que favorecem a sonegação fiscal.

– O objetivo da reforma tributária é o ganho de eficiência, tanto na melhoria da competição entre empresas, como na redução da evasão tributária. Provavelmente teremos mais arrecadação, mas com o contribuinte pagando menos imposto – afirmou Rachid.

Participaram da audiência o presidente da subcomissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), o vice-presidente, Neuto de Conto (PMDB-SC), e o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), além dos senadores Raimundo Colombo (DEM-SC), João Tenório (PSDB-AL), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Fundo para ciência e tecnologia pode ser aprimorado

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) poderá ter seu objetivo original ampliado, absorvendo e equilibrando as contribuições dos fundos setoriais, além de ganhar apoio a projetos de pesquisa básica ou aplicada, transferência de tecnologia para o setor empresarial, bens, serviços e capacitação de recursos humanos. Projeto nesse sentido poderá ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h.

A matéria (PLC 80/07), já aprovada pelos deputados, tramita em regime de urgência e está sendo analisada, simultaneamente, nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Enviado pelo presidente da República, o projeto tem como

relator na CAE o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

De acordo com mensagem enviada pelo Executivo ao Congresso, assinada por seis ministros, as modificações propostas visam facilitar o intercâmbio científico e tecnológico e a implementação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa.

O subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Fernando Schettino, pediu apoio aos senadores para aprovar o projeto, ao participar de audiência pública na CCT na última quarta-feira. Ele ressaltou que o ministério está recuperando laboratórios e institutos em vários estados brasileiros e a intenção, observou, é desenvolver atividades qualificadas e treinar profissionais para atuar na área

de ciência e tecnologia.

Fies

Com um total de dez itens na pauta, a CAE também deve votar substitutivo da Câmara ao projeto do Senado (PLS 5/04) que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), com o objetivo de criar forma especial de amortização mediante serviço social. A proposição tem como relatora a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que deu parecer favorável à matéria.

A comissão também pode examinar, em decisão terminativa, a proposta de submeter a processo licitatório ações do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais. A matéria (PLS 500/03), do senador César Borges (PR-BA), recebeu parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Presidente do Senado repele denúncia de *Veja*; DEM e PSDB articulam nova representação ao conselho; diretor-geral da Casa desmente informação de jornal

Renan contesta denúncia de espionagem

O presidente do Senado, Renan Calheiros, emitiu na manhã de ontem nota à imprensa repudiando a acusação de que utilizou servidor da Casa para “práticas inescrupulosas, imorais e ilegais”. O senador se referia à matéria publicada na última edição da revista *Veja*, segundo a qual o assessor da Presidência do Senado Francisco Escórcio teria ido a Goiânia tentar preparar um dossiê contra

os senadores Demostenes Torres (DEM) e Marconi Perillo (PSDB), ambos de Goiás.

Veja a íntegra da nota do presidente do Senado, lida em Plenário por Tião Viana (PT-AC):

“1. Repudio, mais uma vez – com a veemência e indignação que a situação exige –, as falsas acusações de que estaria usando servidores do Senado Federal para práticas inescrupulosas, imorais e ilegais. Isso não faz

parte do meu caráter.

“2. Na medida em que a verdade vai destruindo as falsas imputações pretéritas, buscam-se novas tramas para indispor-me com a Casa, como já vimos no passado recente. Eu, sim, tive a vida devassada e não recorreria a indignidades como as que me foram falsamente atribuídas. É preciso ter responsabilidade e cobrar das fontes das maledicências as provas das acusações.

“3. Manifesto, mais uma vez, o meu sincero respeito por todos os senhores senadores e senhoras senadoras, sem exceção, ilustres pares que, como eu, foram eleitos pelo voto popular e desempenham nesta Casa papel fundamental para o aperfeiçoamento da democracia e do Estado de Direito.

“Brasília-DF, 8 de outubro de 2007.

“Senador Renan Calheiros”



Leopoldo Silva

Renan: “Não recorreria a indignidades como as que falsamente me atribuem”

Agripino: DEM aguarda explicações para decidir sobre representação

O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), disse ontem aos jornalistas que a nota divulgada pelo senador Renan Calheiros, defendendo-se de novas denúncias publicadas pela revista *Veja*, foi considerada insuficiente. Agripino informou que o senador Demostenes Torres fará hoje um pronunciamento a respeito da denúncia de que Renan teria usado um assessor seu, o ex-senador Francisco Escórcio, para espioná-lo e exigirá explicações sobre o fato.

– Se as explicações não tiverem profundidade e consistência suficientes, nosso partido não hesitará em entrar com mais uma representação, mas precisamos antes dar a Renan o direito de defesa – afirmou Agripino, que frisou ter entrado em entendimento com o PSDB para o encaminhamento da nova representação à Mesa diretora na tarde de hoje.

Agripino assinalou que o seu



Jane Araújo

José Agripino: nota do presidente da Casa foi considerada insuficiente

partido foi o primeiro a se manifestar pela preservação da imagem do Senado e, portanto, não haveria por que não participar de um movimento suprapartidário para afastar Renan Calheiros da Presidência da Casa.

PSDB pedirá novo processo contra senador, diz Jereissati

Em entrevista, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), afirmou que, diante dos últimos acontecimentos, o partido entrará com nova representação contra o presidente do Senado por quebra de decoro. Ele se referia à destituição de Jarbas Vasconcelos (PE) e Pedro Simon (RS), ambos do PMDB, da Comissão de Justiça e do suposto envolvimento de Renan em episódio de espionagem contra Marconi Perillo e Demostenes Torres.

– Nós podemos abrir um novo processo por abuso da Presidência. Vamos entrar amanhã [hoje]. Se o Democratas quiser entrar junto, ótimo, senão entraremos de qualquer maneira – disse o senador, para quem somente “um grupo de patifaria” estaria de acordo com o que vem acontecendo no Senado. Ele e Marconi Perillo decidiram não aguardar a defesa de Renan.

Segundo Jereissati, a oposição, grande parte do PMDB, do PT e



Márcio Kallume

Jereissati diz não ter dúvidas sobre articulador de destituições na CCJ

dos demais partidos que “zelam pela imagem da Casa” estão se unindo contra Renan. O senador disse não ter nenhuma dúvida de quem seria o verdadeiro articulador da destituição de Simon e Jarbas Vasconcelos da CCJ.

Demostenes espera documentos da CGU para finalizar relatório

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo deverá receber nesta semana documentos sobre investigações de denúncias de irregularidades na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU). O relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), aguarda apenas esses dados para consolidar o relatório final da comissão. A votação está prevista para ocorrer na próxima segunda-feira.

No relatório definitivo, Demostenes acrescentará o resulta-

do das investigações na Infraero aos dois relatórios parciais já apresentados pela CPI. O primeiro documento do senador tratou das causas do acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy da American ExcelAir, ocorrido em 29 de setembro de 2006. Já o segundo texto analisou a situação de segurança de voo no Brasil. Na parte final do relatório, Demostenes deverá pedir o indiciamento de ex-funcionários e de servidores da Infraero, uma vez que, durante as investigações, a CPI identificou indícios de “crime organizado” na atuação da empresa em todo

o país, conforme declarou o parlamentar.

No primeiro relatório apresentado por Demostenes, ele aponta fatores – relacionados a possíveis falhas técnicas e a erros cometidos pelos pilotos americanos e também por controladores de voo brasileiros – que teriam contribuído para o acidente entre o avião da Gol e o jato. Mas o relator concluiu que “o fator humano sobressai-se como causa principal” do acidente aéreo que matou 154 pessoas.

O segundo relatório parcial traz, entre as principais recomendações do senador, a priva-

tização dos maiores aeroportos brasileiros. Demostenes propôs a concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Congonhas e Guarulhos, em São Paulo; de Brasília; do Galeão e do Santos Dumont, no Rio de Janeiro; de Salvador; do Recife; de Porto Alegre; de Curitiba; de Confins e da Pampulha, em Belo Horizonte; e de Fortaleza. Todos esses com movimentação superior a 3 milhões de passageiros por ano. O relatório sugere ainda 15 outras medidas, entre as quais melhoria da qualidade dos equipamentos utilizados no controle de voo.

Diretor-geral desmente noticiário

O vice-presidente do Senado Federal, Tião Viana, leu ontem nota em que o diretor-geral da Casa, Agaciél da Silva Maia, contesta informação da coluna “Painel”, da edição do último domingo da *Folha de S. Paulo*. O jornal noticiou que funcionários do Senado, sob as ordens de Agaciél, teriam dito a parlamentares que estão dispostos a contar no Conselho de Ética que teriam recebido ordens para procurar irregularidades nas prestações de contas de adversários de Renan Calheiros.

Agaciél esclarece que os funcionários integrantes do quadro permanente da Casa têm seu procedimento administrativo regulado por lei, que deve ser acatada, sem que exista espaço para ações informais, não previstas no quadro de funções administrativas. Ele também descarta que haja algo a ser investigado nas prestações de contas dos senadores, que são auditadas pela Secretaria de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas da União.

– O corpo técnico do Senado, em seus procedimentos com os parlamentares, obedece a regras rígidas da administração pública, que não dão margem ao abrigo de irregularidades. Diante do exposto, conclui-se que a nota aqui mencionada carece de fundamento – encerrou Agaciél Maia.

Garibaldi, Mão Santa, Mário Couto e Heráclito criticam decisão de afastar Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos da Comissão de Constituição e Justiça

Substituição foi tramada de forma covarde, diz Garibaldi

A destituição dos correligionários Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos da condição de membros da Comissão de Justiça motivou o protesto de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

– Quem diria que veríamos afastados daquela comissão dois senadores que se constituem, na verdade, na reserva moral e política do Partido do Movimento Democrático Brasileiro? Quem diria que teríamos escoraçados da CCJ dois dos maiores valores do PMDB ao longo do tempo? – lamentou o senador.

Garibaldi afirmou que o partido “tem uma história que não pode ser desrespeitada, vilipendiada e manchada”.

– Essa é uma história de luta, é uma história de bravura, mas é uma história de defesa da democracia e da legalidade. E como é que se afastam da CCJ dois homens públicos que lutaram denodadamente para que o nosso país pudesse viver esse estado democrático e essa legalidade que temos nos dias de hoje? – afirmou, ao lamentar a ausência em Plenário dos autores do ato de destituição, pois gostaria de ter dirigido a eles um apelo para que não afrontem a história de luta do PMDB.

O senador disse ainda que a medida foi “tramada de forma covarde” e que o partido precisa reagir, sem se deixar levar – como



Garibaldi: “Expedientes como esse depõem contra a história de nosso partido”

interpretou – “por aqueles que querem defender de qualquer maneira o mandato do senador Renan Calheiros”.

– Que se defenda o mandato dele, mas não usando expedientes dessa natureza, que depõem contra a história do nosso partido, escrita com sangue, suor e lágrimas – destacou.

Garibaldi lembrou que durante o regime militar muitos políticos perseguidos só encontravam aberta a porta do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois transformado no PMDB. O afastamento dos senadores da comissão, salientou, merece o repúdio de todos os que construíram a história do partido, entre os quais ele próprio – “com modesta contribuição”, observou – e parentes seus que foram cassados, como o ex-deputado e ex-ministro Aluizio Alves.

Couto e Mão Santa se solidarizam com senadores afastados da CCJ

Mão Santa (PMDB-PI) e Mário Couto (PSDB-PA) prestaram solidariedade a Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, que foram substituídos na CCJ por determinação do líder do partido, Valdir Raupp.

– Quero me solidarizar com Simon e Jarbas, que foram apeados da CCJ. Eles engrandecem a comissão, assim como engrandecem o Parlamento, o Senado e a política. Pedro Simon é esse patrimônio da ética, da decência, da honestidade. Ele é um verdadeiro franciscano. E Jarbas Vasconcelos significa muito para nós do Nordeste. Sou testemunha. Com ele, a história de Pernambuco agigantou-se – afirmou Mão Santa.

O senador disse ainda acreditar que a decisão da liderança do PMDB deve ser reavaliada.

– Foi mais um momento de

infelicidade neste Senado. Não aconteceu algo assim nem na ditadura – observou.

De acordo com Mário Couto, Simon “é uma figura histórica do Senado” e Jarbas, “um ídolo incontestável” de Pernambuco. O senador atribuiu o afastamento dos dois ao “caso Renan”.

– Se não fosse o caso, fariam isso [afastamento dos senadores do PMDB da CCJ]? Está evidente que isso pertence ao episódio. Por que não o fizeram antes? – questionou Mário Couto.

Tramitam no Conselho de Ética mais três representações contra o presidente do Senado, sugerindo a perda do mandato por quebra de decoro parlamentar. Em setembro, Renan Calheiros foi absolvido em Plenário da primeira acusação.

Jarbas afirma que medida contra ele e Simon atinge todo o Senado

Em pronunciamento no Plenário, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) agradeceu ontem as manifestações de solidariedade e apoio pelo seu afastamento e do senador Pedro Simon (PMDB-RS) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, ocorrido na quinta-feira passada, por determinação do líder do PMDB na Casa, Valdir Raupp (RO).

– Sem embargo de voltar à tribuna para abordar o tema, quero expressar meus agradecimentos às manifestações de solidariedade que tenho recebido do país inteiro pela torpeza que fizeram comigo e com Pedro Simon. Numa Casa que se encontra tão degradada, como o Senado nos dias atuais, ninguém, absolutamente ninguém, deve se surpreender com essas medidas pequenas e tacanhas – observou.

Jarbas Vasconcelos disse que “é injusto, profundamente injusto” atribuir a decisão de afastá-lo da CCJ “apenas a uma questão do PMDB, da liderança do PMDB, que não tem dimensão para tal”.

– A medida foi tomada pelo presidente, o que senta nessa



Jarbas: “Ninguém deve se surpreender com essas medidas pequenas”

cadeira em que vossa excelência está sentado, o senhor Renan Calheiros, que tem levado esta Casa à sarjeta – afirmou ele, dirigindo-se a Tião Viana (PT-AC), que se encontrava na presidência dos trabalhos.

Jarbas pretende transformar a decisão de afastá-lo da CCJ em um “problema suprapartidário”, pois a iniciativa, segundo ele, atinge todo o Senado.

– Porque, se hoje se faz isso comigo e com Pedro Simon, amanhã se fará com qualquer um outro senador. Pretendo voltar, não mais externando somente uma posição minha, mas uma posição que

acredito deva ser a da maioria desta Casa, da maioria democrática, da maioria que eu tenho certeza de que não será subserviente e que vai, com destemor, enfrentar essa situação que nos parece desfavorável hoje, mas que vai ficar favorável – concluiu.

Indignação

Em entrevista à imprensa, Jarbas disse que o momento é de manifestar indignação contra os fatos recentes e não se ater a discursos. Ele se mostrou satisfeito com as manifestações de solidariedade do PMDB nacional e de diversos senadores do partido.

– Quando se fala na minha destituição não tem que se falar em Raupp, Romero Jucá [PMDB-RR]. Foi Renan quem mandou, insatisfeito com a homenagem que se fez a Ulysses [Guimarães], em que se estabeleceu um paralelo entre ética e a desmoralização que o Senado tem vivido – apontou.

Para Jarbas, o movimento pela destituição de Renan da Presidência deve ser suprapartidário, estendendo-se para além das fronteiras da Casa e, se necessário, recorrendo inclusive à Justiça.

Heráclito: “Pela primeira vez se pune a correção e o bom comportamento”

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o Senado “vive uma crise intermitente”. Ele lamentou a destituição – que chamou de cassação – dos senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon, ambos do PMDB, de suas vagas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– Pela primeira vez se pune a correção, a lisura e o bom comportamento – destacou Heráclito, apontando o que considerou “uma atitude criminosa”.

De acordo com o senador, “ao se sacar da CCJ duas figuras marcadamente conhecidas pela atuação, fez-se uma agressão desnecessária”.

O parlamentar afirmou que outra agressão foi feita a Valter Pereira (PMDB-MS), anunciado relator da comissão parlamentar de inquérito que vai investigar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs), mas posteriormente desconvidado.

– Começam a ditar regras a uma CPI que terá um presidente e um relator. Não creio na possibilidade de que o relator escolhido vá se submeter a recomendações de não se apurar fatos graves, porque essas comissões são vistas pela rua, pela sociedade, e atitudes dessa natureza vão provocar revolta – observou.

Heráclito comentou ainda denúncia divulgada no fim de semana pela revista *Veja* envolvendo espionagem contra dois senadores. Trata-se, segundo o parlamentar, de fato grave. Lembrou que o caso envolve o ex-senador Francisco Escórcio.

– Ele não merece pagar o preço pelo que não fez, mas, se tiver algum fundo de verdade, é preciso que uma providência seja tomada, porque nada justifica isso – disse Heráclito, ao recordar que, no primeiro governo Lula, vários senadores tiveram suas contas bancárias espionadas, inclusive



Para Heráclito, é grave denúncia que envolve espionagem contra senadores

ele próprio. Apesar da negativa, o fato foi posteriormente comprovado, frisou.

Em apartes, Mão Santa (PMDB-PI) e Mário Couto (PSDB-PA) apoiaram o discurso do representante do Piauí.

Teresina

Heráclito Fortes elogiou a construção de obra no rio Poti, chamada “Curva de São Paulo”, destinada a oferecer uma opção de lazer para a população de baixa renda de Teresina. O senador visitou o local no fim de semana em companhia do prefeito Sílvio Mendes (PSDB).



Mário Couto: estado pagou fortuna para fazer propaganda de ditadura

Mário Couto critica gasto de Ana Júlia com músicos cubanos

Mário Couto (PSDB-PA) manifestou ontem indignação pelo fato de a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, ter contratado os músicos cubanos Pablo Milanés e Chucho Valdéz, pelo preço de R\$ 126 mil, para cantar em Belém durante uma feira cultural que teve Cuba como foco. Ele considerou a contratação “um desrespeito aos músicos do Pará”.

– Ela mandou pagar esta fortuna para fazer propaganda de uma ditadura sanguinária e, como algum assessor disse que isso era ilegal, ela sai agora procurando alguma empresa estatal para bancar o patrocínio.

Mário Couto propôs que o Congresso aprove uma lei para “punir políticos que mentem durante a campanha eleitoral”. Para ele, a governadora enganou o povo ao prometer que iria melhorar a saúde e a educação, setores que hoje enfrentam verdadeira crise. A lei, segundo disse, poderia alcançar o presidente Lula, “que fez promessas que não estão sendo cumpridas”.

Conforme o parlamentar, Lula gastou no primeiro mandato R\$ 1,5 bilhão com passagens aéreas e diárias de viagem. Ele calculou que esse dinheiro daria para pagar 71 mil passagens do Brasil ao Japão, “do outro lado do mundo”.

CPI do Dnit

O senador paraense informou também já ter conseguido 30 assinaturas para o requerimento de criação de uma CPI destinada a investigar o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). O mínimo é de 27 assinaturas.

No mesmo pronunciamento, Mário Couto comunicou ter apresentado requerimento de congratulações às Organizações Rômulo Maioriana de Comunicações, por terem recebido o prêmio “Líder Empresarial do Pará”, concedido pelo Conselho Editorial da *Gazeta Mercantil* e pelo Conselho Curador do Fórum de Líderes Empresariais do Brasil.

Senador defende, entre outras providências, pena severa para infratores, campanhas de conscientização, melhoria da malha rodoviária e fiscalização mais rigorosa

Papaléo cobra medidas para reduzir acidentes de trânsito

Ao alertar para o grande número de mortes no país provocadas por acidentes de trânsito, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou providências das autoridades federais, estaduais e municipais para combater o problema que, avalia, já se tornou uma questão de saúde pública. Ele destacou que entre 2003 e 2006 foram registradas, anualmente, cerca de 34 mil mortes, enquanto mais de 400 mil pessoas ficaram feridas e outras 100 mil se tornaram deficientes temporárias ou permanentes.

O parlamentar pediu punições mais severas para os infratores, investimentos em infra-estrutura, campanhas de conscientização dos motoristas, aumento da fiscalização nas estradas, restrições aos motoristas recém-habilitados, fiscalização da obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e automóveis mais seguros.

– É dever do governo intervir de maneira firme para conter esse tipo de violência e preservar a vida e a integridade física e mental das pessoas.

Despesas

Papaléo apresentou dados da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) segundo os quais o Brasil gasta anualmente R\$ 28 bilhões com os prejuízos causados por acidentes



Papaléo: “É dever do governo intervir para conter esse tipo de violência”

de trânsito.

Ele salientou que os acidentes ocorrem principalmente devido à imprudência dos motoristas, à desobediência às leis de trânsito e à falta de responsabilidade dos condutores dos veículos, além do excesso de velocidade e da ingestão de bebidas alcoólicas.

Papaléo reclamou ainda do péssimo estado das estradas brasileiras e da precária sinalização. Ele observou que a deficiente manutenção dos veículos e conseqüentes falhas mecânicas são responsáveis por boa parte dos acidentes.

O representante do Amapá mencionou ainda dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) mostrando que 35% das pessoas envolvidas em acidentes de trânsito eram jovens

Fotos: Leopoldo Silva

entre 18 e 20 anos. Também nessa faixa etária estão as maiores vítimas de paralisia e lesões de medula em decorrência de acidentes com carros e motocicletas, de acordo com dados do Hospital das Clínicas de São Paulo, destacou ele.

Em aparte, o senador Mário Couto (PSDB-PA) comentou a péssima situação das rodovias federais, em sua maioria, “intransitáveis”, enquanto Mão Santa (PMDB-PI) disse que o trânsito requer educação.

Dengue

Ao abrir a sessão de ontem, Papaléo Paes lamentou a morte da médica Luciete Costa, em Macapá, vitimada por dengue. Pediatra, a médica trabalhou por mais de 20 anos no Hospital da Criança e do Adolescente, no Amapá, informou.

O senador afirmou que o governo federal não tem dedicado todos os esforços necessários para combater a dengue no país e pediu a inserção nas atas do Senado de voto de pesar pela morte da médica e a apresentação de condolências à família.

Em outro aparte, Mão Santa alertou para o fato de que doenças praticamente erradicadas do país nas últimas décadas “estão voltando, pelo descaso do governo com a saúde pública”.



Jonas quer maior assistência aos agricultores familiares

Jonas anuncia frente em defesa da extensão rural

Ao defender a ampliação da oferta de serviços de assessoramento técnico a agricultores familiares, sobretudo nas regiões mais pobres do país, o senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) comemorou em Plenário a criação da Frente Parlamentar Mista pela Extensão Rural, ocorrida na Câmara dos Deputados, na última quarta-feira.

Para presidir a nova frente parlamentar, informou o senador, foi escolhido o deputado federal Márcio Reinaldo (PP-MG). O senador Pedro Simon (PMDB-RS) deverá desempenhar a função de secretário-geral, ficando o próprio senador Jonas Pinheiro com a vice-presidência da comissão.

– Com esse trabalho da Frente Parlamentar, espera-se que o desenvolvimento rural possa ser conseguido de forma sistêmica, com a articulação de recursos humanos capacitados por meio de parcerias com entidades que sejam comprometidas com o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar brasileira – ressaltou.

Política nacional

Jonas Pinheiro também ressaltou os esforços realizados no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário visando o estabelecimento de uma política nacional de assistência técnica e extensão rural com o intuito de resgatar compromisso constitucional de atender às necessidades dos agricultores familiares brasileiros.

João Durval defende habilitação específica para motoboys e taxistas

O senador João Durval (PDT-BA) defendeu ontem, em Plenário, projeto de lei de sua iniciativa que institui uma nova categoria de habilitação para condutores de veículos motorizados de duas ou três rodas com finalidade remuneratória. O objetivo é legalizar a atividade dos chamados moto-taxistas e motoboys.

Até hoje, disse o senador, os cerca de 600 mil profissionais permanecem na informalidade, já que não há uma lei federal regulamentando tal tipo de transporte. Só depois disso, as legislações municipais ou estaduais contarão com respaldo jurídico para determinar o funcionamento do serviço, salientou.

– Esses condutores, há tempos,

prestam serviços remunerados de transporte de passageiros ou documentos nas cidades brasileiras sem que haja a providência de uma regulação por parte dos municípios.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran), segundo o parlamentar, proíbe o uso de motos para o transporte comercial de passageiros, que é importante para as classes de renda mais baixa. Ele citou dados da Federação Brasileira dos Mototaxistas e Motoboys (Fenamoto) que revelam a presença desses profissionais em 70% das cidades brasileiras.

João Durval explicou que o projeto acrescenta ao Código de Trânsito Brasileiro a categoria F. Para sua obtenção, exige-se habi-



Projeto de João Durval inclui nova categoria de habilitação no código

litação na já existente categoria A (motos) há pelo menos um ano e ausência de infrações graves ou gravíssimas no período.

– Trata-se de medida que procura proporcionar um ambiente de segurança aos passageiros dessa modalidade de transporte.

O projeto (548/07) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda designação de relator.

Prefeitos devem aplicar verbas do Bolsa Família, propõe Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem a aplicação dos recursos do programa Bolsa Família por meio das prefeituras. Nessa esfera, explicou, as verbas seriam empregadas na capacitação e na geração de empregos para os beneficiários. De acordo com o parlamentar, assistentes sociais se encarregariam de coordenar as ações, reforçadas com verbas dos estados e dos municípios.

– O prefeito bota mais 10% [de recursos para o programa], o governador aumenta, mas que aquele pessoal trabalhe. Que exemplo eles vão dar para os filhos e os netos? – indagou.

A sugestão foi apresentada depois de comentários a respeito de matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, segundo a qual a situação de miséria na cidade de Guaribas, no Piauí, pouco mudou cinco anos após ter sido escolhida como ponta de lança do maior programa social do governo. Guaribas é apresentada como um “símbolo esquecido”.

Para Mão Santa, os prefeitos estão em melhores condições de aplicar as verbas, pois conhecem toda a população e as necessidades locais. Depois de capacitadas, como explicou, as pessoas poderiam atuar como vigias, merendeiras, em serviços de jardinagem e como guardas de trânsito, entre



Mão Santa sugere ações de capacitação e geração de emprego para os beneficiários

outras atividades.

– Está em tempo de corrigir o programa, Luiz Inácio – apelou Mão Santa, justificando que sua intenção é de ajudar o presidente da República, “pois mais valeria um adversário disposto a orientar do que um aliado com interesse em enganar”.

Gasto público

O parlamentar também teceu comentários sobre reportagem publicada em *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual, apesar de ter aumentado o número de servidores, o governo atual estaria gastando mais do que o antecessor, do presidente Fernando Henrique Cardoso, com pessoal terceirizado. De acordo com Mão Santa, o presidente Lula, em resposta às críticas sobre o aumento dos gastos com pessoal, teria dito que “choque de gestão é nomear mais”.

Maciel defende indicação de Antonio Trindade para o Tribunal de Haia

O senador Marco Maciel (DEM-PE) pediu que o jurista Antonio Augusto Cançado Trindade, juiz e ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica, ocupe a vaga existente no Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haia, na Holanda.

– A atuação brasileira na corte precisa ter novamente a presença de jurista brasileiro entre seus membros. O internacionalista Antonio Cançado Trindade, destacado doutrinador e membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Costa Rica, tem todas as condições de integrar a Corte de Haia, em vaga existente – afirmou Marco Maciel.

Para o parlamentar, nada é mais indicado “para honrar a herança de Rui Barbosa do que cultivar sua memória e seguir seus exemplos”. Rui Barbosa foi apelidado de “Águia da Haia” por sua atuação na Primeira Conferência Mundial da Paz, realizada em Haia há exatos cem anos.

Maciel pediu que fosse pensado a seu pronunciamento o artigo de Antonio Augusto Cançado Trindade publicado no jornal *Correio Braziliense* no último dia 24. No artigo, o jurista – que integra também o Curatorium da Academia de Direito Internacional de Haia – destaca as comemorações do centenário da conferência.

Brasileiros

O senador também ressaltou a participação de seis brasileiros no Tribunal Penal Internacional e na Corte Internacional de Justiça, citando Epiácio Pessoa, depois presidente do Brasil; o embaixador Sette Câmara; e o ex-ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek.

– Hoje, o internacionalista Antonio Cançado Trindade nela vem se destacando ao apresentar-lhe importantes pareceres e pesquisas.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que Rui Barbosa foi “um ícone de melhoria da democracia”.

Proposta em exame na Comissão de Justiça obriga, entre outras medidas, a apresentação da evolução patrimonial do indicado, seu cônjuge e dependentes nos últimos cinco anos

CCJ vota projeto que torna mais eficaz sabatina de autoridades

Está na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã às 10h, projeto de resolução que visa tornar as sabatinas de autoridades mais eficazes em relação à avaliação das qualificações dos candidatos para os cargos que deverão ocupar. A proposta foi apresentada pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), presidente da comissão.

Cabe à CCJ, conforme o Regimento Interno do Senado, a avaliação de indicações de ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal Militar), procurador-geral da República e membros do Conselho Nacional de Justiça. Após receberem o parecer da comissão, favorável ou não, as indicações são analisadas e votadas no Plenário do Senado.

Entre as exigências previstas no projeto estão a apresentação de declaração da evolução patrimonial



Proposta apresentada por Marco Maciel terá decisão terminativa na comissão

do indicado, de seu cônjuge e de seus dependentes nos últimos cinco anos, com a descrição de dívidas e dos respectivos credores. Também é proposto que o indicado informe, quando for o caso, se parentes até segundo grau participam ou participaram, como sócios, proprietários ou gerentes, de empresas ou entidades não-governamentais, com a especificação dos períodos correspondentes.

O projeto estabelece ainda que o indicado reconheça sua par-

ticipação em ação judicial – se houver –, como autor ou como réu, com informação atualizada da tramitação processual.

Declarações

De acordo com a proposição, as declarações deverão ser apresentadas por escrito e, caso a resposta do indicado seja negativa (quando ele alegar que não se enquadra nesses casos), deverá formalizar a afirmação.

O projeto determina que a avaliação seja feita em duas etapas. Na primeira, o senador designado como relator apresentaria relatório e poderia, inclusive, solicitar informações adicionais. Nessa fase, não é obrigatória a presença do indicado. Na segunda etapa haveria a sabatina no colegiado e a votação da indicação.

A matéria tramita na CCJ em decisão terminativa e, se aprovada, será a primeira vez que uma comissão acolherá um projeto de resolução que trata de seus próprios procedimentos, não sendo aplicável a outras comissões.

Proposta amplia convênios para prevenir uso de drogas

A Comissão de Justiça pode votar amanhã projeto que permite aos municípios realizarem convênios com a União para implementar ações de prevenção ao uso de drogas e de apoio à reinserção social de usuários e dependentes. Por meio desse tipo de convênio, o governo federal poderá liberar recursos para as prefeituras.

O autor do projeto (PLS 207/07), senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), argumenta que,

ao regulamentar a Lei 11.343/06, o Decreto 5.912/06 incluiu municípios e o Distrito Federal entre os integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Mas como o artigo 73 da lei menciona apenas União e estados, Zambiasi propõe a mudança para compatibilizá-lo com o decreto.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (DEM-SP), apresentou voto favorável ao projeto, que será apreciado na CCJ em

caráter terminativo.

Trânsito

Outra proposta que está na pauta da comissão é o PLS 202/07, de autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que inclui as atividades de salvamento e de resgate no trânsito entre as destinações possíveis dos recursos arrecadados com multas de trânsito. A matéria recebeu voto favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Jucá: Zilda Arns considera Casa do Índio de Roraima modelo para o país

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou ontem em Plenário visita da coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, à Casa do Índio (Casai) de Roraima. A instituição, administrada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), presta atendimento médico a comunidades indígenas no estado.

Jucá comemorou a avaliação positiva do hospital, considerado

por Zilda Arns como um modelo a ser adotado em todo o Brasil, para assistência e atendimento à saúde indígena.

– Para nós de Roraima, é uma satisfação muito grande receber a dra. Zilda Arns e saber que a Funasa está trabalhando bem – ressaltou o senador.

Solicitando a transcrição de matéria publicada pelo jornal *Folha de Boa Vista* tratando da



Jucá destaca o reconhecimento do bom trabalho realizado pela Funasa no estado

visita de Zilda Arns a Roraima, Romero Jucá parabenizou ainda os servidores da Funasa e da Casa do Índio.

Três comissões permanentes serão assumidas por parlamentares brasileiros. Delegação nacional recomenda cautela na adoção do Parlamento da América do Sul

Moreira Mariz



Representantes dos países do bloco sul-americano reúnem-se em Montevideu e definem os nomes de presidentes e vice-presidentes

Parlamento do Mercosul elege presidentes de dez comissões

As dez comissões temáticas permanentes do Parlamento do Mercosul já estão em funcionamento. Os presidentes e vice-presidentes de cada uma delas foram eleitos ontem, durante a primeira parte da 6ª sessão do Parlamento, realizada em Montevideu. Entre os dez presidentes, três são brasileiros: a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e os deputados Cezar Schirmer (PMDB-RS) e José Paulo Tóffano (PV-SP).

Eleita para a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, Marisa Serrano anunciou que pretende estimular o intercâmbio de estudantes universitários dos países que compõem o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além da Venezuela, este em processo de adesão. Também será objetivo da comissão, disse ela, incentivar o ensino de espanhol a estudantes brasileiros e o ensino de português aos estudantes de países de língua espanhola.

– O fluxo intenso de estudantes ajudará a construir uma identidade do Mercosul – aposta Marisa Serrano.

Outra medida de apoio ao intercâmbio de jovens, segundo adiantou a senadora, será o estímulo à criação dos Jogos Universitários do Mercosul. Ela

quer ainda sugerir aos demais integrantes da comissão o apoio à realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Na área de ciência e tecnologia, Marisa pretende estimular o intercâmbio de mestres e doutores, além de colocar em discussão temas como inovação tecnológica e propriedade intelectual.

O deputado Cezar Schirmer foi eleito presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários. Já o deputado José Paulo Tóffano foi escolhido para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente e Turismo. Segundo o acordo firmado em sessão anterior, o Brasil deverá permanecer com a presidência de três comissões até que seja aprovada a adesão plena da Venezuela ao Mercosul. Depois disso, deverá manter a presidência de duas comissões.

Vices

Dois senadores foram ainda eleitos vice-presidentes de comissões, nas reuniões que ocuparam diversas salas do anexo do Palácio Legislativo, sede do Congresso Nacional do Uruguai: o senador Romeu Tuma (DEM-SP) foi escolhido vice-presidente da Comissão de Assuntos Internos, Segurança

e Defesa e o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) foi eleito vice-presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca.

Tuma disse que sua prioridade será o estímulo à integração das polícias dos países que compõem o Mercosul. A permanente troca de informações, em sua opinião, poderá facilitar o combate a crimes como tráfico de drogas e roubo e furto de veículos, especialmente na região da Tríplice Fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Inácio Arruda, por sua vez, defendeu a realização em dezembro, no Chile, de um seminário sobre a integração energética regional. Ele recordou que existem na região tanto países exportadores de energia – como a Bolívia e a Venezuela – e países, a exemplo do Chile, que dependem fortemente da importação de energia.

– O seminário vai discutir como fortalecer os marcos regulatórios e como garantir tranquilidade aos países que precisam de energia importada – antecipou.

Na opinião de Inácio Arruda, o Parlamento do Mercosul poderá contribuir para o aprofundamento da integração também em áreas como agricultura e transportes.

Brasileiros defendem Parlamento da América do Sul “sem pressa”

A construção do futuro Parlamento da América do Sul deverá ocorrer “passo a passo e sem pressa”, como ficou definido em seminário realizado na última sexta-feira, na cidade boliviana de Cochabamba, com a presença de 56 parlamentares de 12 países do continente. A cautela na adoção desse novo organismo foi defendida pela delegação brasileira presente ao encontro, que prefere direcionar o maior empenho, nesse momento, à consolidação do Parlamento do Mercosul.

– Houve um discurso unânime a favor do princípio da integração regional, mas existem organismos em funcionamento e não podemos dispersar energia, pois devemos nos concentrar no que já existe – disse o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que esteve em Cochabamba acompanhado do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS), vice-presidente da representação.

Segundo a proposta discutida

na Bolívia, o Parlamento da América do Sul seria composto pelos parlamentos Andino e do Mercosul, além de representações de Chile, Guiana e Suriname, que não participam de nenhum dos dois blocos. O novo órgão se reuniria duas a três vezes por ano e contaria, a partir de 2011, com deputados eleitos pelas populações de cada país – com exceção dos três convidados – para integrar os seus dois respectivos legislativos regionais.

Durante café-da-manhã que reuniu ontem deputados e senadores brasileiros, todos os presentes manifestaram preocupação com a proposta de criação do novo parlamento, lançada inicialmente pelo governo boliviano. O novo órgão, também conhecido como Espaço Parlamentar Sul-Americano, teria sede em Cochabamba e poderia realizar sessões tanto na cidade boliviana como nas cidades sedes do Parlamento do Mercosul e do Parlamento Andino – Montevideu e Bogotá.

Convergência

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou que a presença de parlamentares brasileiros em Montevideu, para participar da sessão do Parlamento do Mercosul, devia-se à aprovação da criação do novo órgão legislativo pelos congressos nacionais de cada um dos países membros do bloco. A secretaria executiva da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) chegou a apresentar, no seminário de Cochabamba, uma proposta de Tratado Constitutivo do Parlamento Sul-Americano – ou Parlamento do Unasul –, que não foi aceita pela delegação brasileira.

O presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde, lembrou que os presidentes dos países que compõem o Unasul solicitaram, em dezembro de 2006, o estudo de um projeto para a criação do Parlamento Sul-Americano. Na opinião do deputado, esse novo organismo não enfraqueceria o recém-criado Parlamento do Mercosul, uma vez que seu principal objetivo seria o de debater a “política de convergência” dos dois blocos econômicos envolvidos, o Pacto Andino e o Mercosul.

– É preciso deixar claro que não se trata de criar um novo parlamento, mas, sim, de unir dois parlamentos que já existem – afirmou Conde.

Veja as comissões permanentes

- Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais
- Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários
- Comissão de Assuntos Internacionais, Inter-regionais e de Planejamento Estratégico
- Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte
- Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social
- Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente e Turismo
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
- Comissão de Assuntos Internos, Segurança e Defesa
- Comissão de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca
- Comissão de Orçamento e Assuntos Internos